

# ESTUDOS EM **Agronegócio**

Participação brasileira nas  
**cadeias produtivas**



**Volume V**

**Gabriel da Silva Medina**  
**José Elenilson Cruz**  
Organizadores



## APRESENTAÇÃO

*Estudos em Agronegócio* é uma coletânea periódica de trabalhos científicos que discutem o desenvolvimento rural e o agronegócio brasileiros. Este quinto volume conta com estudos desenvolvidos por pesquisadores vinculados a 13 instituições localizadas em todas as regiões do país.

Disponibilizamos à comunidade acadêmica e aos agentes públicos e privados resultados de pesquisas empíricas que apresentam a situação atual de quatorze importantes cadeias produtivas no Brasil. Os capítulos revelam os principais elos das cadeias, os ambientes institucional e organizacional, a coordenação das cadeias, dados econômicos de produção e de exportação de produtos e a nacionalidade e o *market-share* das empresas dominantes em cada uma das cadeias apresentadas.

Ao apontar para o futuro do agronegócio, esta obra faz uma análise inédita e pormenorizada da participação de grupos brasileiros nas cadeias produtivas do agronegócio estabelecido no Brasil. A análise aponta para possibilidades de desenvolvimento do agronegócio brasileiro a partir da maior participação de grupos domésticos nos segmentos produtivos agroindustriais que melhor remuneram capital e trabalho.

### Os organizadores



#### **GABRIEL DA SILVA MEDINA**

Professor da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária (FAV) da Universidade de Brasília (UnB). Vice-coordenador do Programa de Pós-graduação em Agronegócios da UnB (Propaga). Desenvolve pesquisas sobre agricultura familiar e agronegócio no Brasil e em outros países.



#### **JOSÉ ELENILSON CRUZ**

Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB/Campus Gama). Pesquisador vinculado ao Programa de Pós-graduação em Agronegócio da UFG (PPGAgro). Desenvolve estudos em estratégia e competitividade no agronegócio no Brasil.

Copyright © 2021 by Estudos em agronegócio

**Editora Kelps**

Rua 19 n° 100 — St. Marechal Rondon- CEP 74.560-460 — Goiânia — GO

Fone: (62) 3211-1616 - Fax: (62) 3211-1075

E-mail: kelps@kelps.com.br / homepage: www.kelps.com.br

**Diagramação:** Marcos Dígues

mcdigues@hotmail.com

**Arte da capa:**

João Ricardo de Oliveira Júnior

CIP - Brasil - Catalogação na Fonte

**DARTONY DIOCENT T. SANTOS - CRB-1 (1ª Região) 3294**

---

E82.

Estudos em Agronegócio: participação brasileira nas cadeias produtivas  
-V.5.- Gabriel da Silva Medina, José Elenilson Cruz (orgs.).- Goiânia / Kelps, 2021  
390 p.:

ISBN:978-65-5859-343-0

I. Cadeia produtiva. 2. Alimentos. 3. Agronegócio. Título.

CDU:63

---

**DIREITOS RESERVADOS**

É proibida a reprodução total ou parcial da obra, de qualquer forma ou por qualquer meio, sem a autorização prévia e por escrito dos autores. A violação dos Direitos Autorais (Lei n° 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Impresso no Brasil

*Printed in Brazil*

2021

# O SISTEMA AGROINDUSTRIAL DO CACAU NO BRASIL: O NEXO ENTRE COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE

---

**Lucas Xavier Trindade**

Faculdade de Economia e Administração (FEA) – Universidade de São Paulo (USP)

**Jacques Marcovitch**

Faculdade de Economia e Administração (FEA) – Universidade de São Paulo (USP)

**João Pedro de Castro Nunes Pereira**

DCET - Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

## APRESENTAÇÃO

O presente capítulo apresenta o mercado global de cacau e sua contextualização no segmento agroindustrial brasileiro, descreve os agentes econômicos e os ambientes institucional e organizacional do sistema agroindustrial do cacau (SAGCACAU) no Brasil. Realiza-se uma análise da coordenação desse sistema a fim de indicar as características das transações entre os agentes e a respectiva estrutura de governança, de forma a construir uma estrutura capaz de subsidiar a análise sob o enfoque deste novo paradigma competitivo com base nos ODS de promoção da agricultura sustentável (ODS 2) e geração de empregos e renda decentes (ODS 8). Com esses propósitos, este capítulo ambiciona dialogar e contribuir para as ações de diferentes partes interessadas na efetivação das condições de desenvolvimento sustentável a partir da competitividade de sistemas agroindustriais baseados na sociobiodiversidade, incluindo tomadores de decisão nos governos e empresas, organizações não governamentais e comunidades locais e tradicionais.

## 1 INTRODUÇÃO

O cacau é matéria prima para o preparo de bebidas e alimentos apreciados por diferentes civilizações e culturas, mas dentre todas as diferentes formas de sua utilização, poucos alimentos despertam o mesmo desejo e apreço nos consumidores como o chocolate. Além de matéria prima para a produção de chocolates, os derivados de cacau podem ser utilizados como base para diferentes segmentos, especialmente na indústria farmacêutica e de cosméticos, porém dentre todos os produtos derivados do cacau, o chocolate tem ao longo dos anos assumido o papel de protagonista no contexto dos produtos agroalimentares derivados do cacau.

O consumo de chocolate, mais recentemente, ganhou novas motivações decorrentes das comprovadas relações positivas entre a sua ingestão e os benefícios para a saúde e o bem-estar. Estudos demonstraram que o consumo de chocolate favorece a redução de pressão arterial, o aumento do colesterol bom (HDL) e de sensibilidade à insulina e à redução de risco de doenças cardiovasculares e de diabetes (CORTI et. al., 2009; GREENBERG et al., 2017).

Mesmo estando associado à importância de seu principal produto, de forma geral a produção de cacau no Brasil não apresenta destaque no contexto do agronegócio nacional, a se considerar a geração de valor e de emprego, a sua participação no PIB-agro, dentre outros indicadores macroeconômicos. Por outro lado, a produção de cacau apresenta características muito promissoras relacionadas à sua capacidade de adequação frente às principais forças competitivas que atualmente moldam as relações nos negócios mundiais.

Nesse contexto, a análise conduzida neste capítulo além de apresentar a descrição estrutural e a consequente dinâmica do sistema agroindustrial do cacau no Brasil, busca explorar a característica particular deste sistema agroindustrial de produção que lhe permite dialogar com os novos paradigmas competitivos dos sistemas produtivos globais. Este novo paradigma mundial exige que esses sistemas devam ser capazes de embasarem sua estrutura competitiva na substituição de atividades socialmente preda-

tórias e ambientalmente degradantes por opções de produção socialmente mais justas e ambientalmente sustentáveis que representam condicionantes de sustentabilidade impostas aos sistemas decorrentes de alterações institucionais. Assim, esse nexos entre sustentabilidade e competitividade assume papel expressivo no agronegócio. O cacau, no Brasil, representa uma cultura com capacidade potencial de congregar em sua estrutura de produção, os principais elementos associados ao novo paradigma da competitiva global que podem ser materializados nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU.

Para tanto, o presente capítulo apresenta o mercado global de cacau e sua contextualização no segmento agroindustrial brasileiro. Na seção seguinte, apresenta-se a descrição dos agentes, ambientes institucional e organizacional do sistema agroindustrial do cacau (SAGCACAU) no Brasil. Em seguida, procede-se com uma análise da coordenação do sistema a fim de indicar as características das transações entre os agentes e a respectiva estrutura de governança onde com isso, busca-se construir uma estrutura capaz de subsidiar a análise sob o enfoque deste novo paradigma competitivo com base nos ODS de promoção da agricultura sustentável (ODS 2) e geração de empregos e renda decentes (ODS 8).

Com esses propósitos, este capítulo ambiciona dialogar e contribuir para as ações de diferentes partes interessadas na efetivação das condições de desenvolvimento sustentável a partir da competitividade de sistemas agroindustriais baseados na sociobiodiversidade: tomadores de decisão nos governos e empresas, organizações não governamentais e comunidades locais e tradicionais.

## **2 METODOLOGIA**

Em função da complexidade do fenômeno em estudo e da precariedade de dados de alguns segmentos do SAICACAU, entende-se que o presente estudo apresenta um caráter qualitativo descritivo, fundamentado na Análise documental envolvendo pesquisa histórica e de análise de dados secundários.

Para a caracterização do SAICACAU no Brasil, foram levantados dados junto aos órgãos de governo e fundações, institutos especializados em estudos socioeconômicos, organizações setoriais, valendo-se da coleta de dados nas próprias instituições ou agentes de produção e de dados disponíveis nos sítios oficiais desses órgãos.

Já a caracterização do ambiente global e suas interrelações com a dinâmica competitiva do SAICACAU no Brasil, foi feita com base em publicações técnicas e científicas e dados disponibilizados nos sítios oficiais da internet, dos organismos internacionais associados ao sistema em estudo.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 3.1 O Brasil no mercado global de cacau e derivados

A produção global de cacau entre 2014 a 2016 alcançou uma produtividade em torno de 4,7 milhões de toneladas por ano. Nos anos de 2018 e 2019 a produção saltou para a marca de 5,5 milhões, sendo o Brasil responsável neste período pela produção de 259 mil toneladas, ocupando a sexta posição mundial (FAOSTAT, 2021). Embora esteja entre os principais produtores, o país importa esta *commodity* de outros países (Gana e Costa do Marfim) para atender parte da capacidade instalada de processamento da indústria instalada no país.

Em 2019, o Brasil importou 56 mil toneladas enquanto em 2020 foram importadas 46 mil toneladas de cacau, equivalente a 2,88% das importações agropecuárias totais do país (BRASIL, 2021). Em 2020, a menor quantidade importada tem relação com a redução na quantidade processada de cacau no país (214 mil toneladas), a mais baixa desde 2016, quando foram processadas 216 mil toneladas. Nos últimos dois anos a importação de cacau foi menor comparada aos três anos anteriores, mas ainda assim, foi maior que a importação de 2015 que foi de 11 mil toneladas.

Embora não se apresente como um país relevante no contexto global das exportações de cacau, o Brasil exporta pequena parcela de sua pro-

dução. Em 2020 o volume exportado foi de 633 toneladas. Os montantes financeiros vinculados aos fluxos de importações e exportações de cacau nos últimos cinco anos indicam um saldo negativo persistente na balança comercial do produto (BRASIL, 2021) o que sugere uma necessidade de ações mais específicas para o incentivo à produção de cacau nacional, a se considerar a relevância histórica e a competência instalada no país para produção e processamento deste produto.

Com relação à balança comercial de derivados de cacau (pó, manteiga e pasta), em 2020 o país importou 39 mil toneladas de derivados do produto da Indonésia (27%), Malásia (14%), Holanda (17%) e Uruguai (12%). Esse montante equivaleu a 0,05% das importações totais do setor industrial brasileiro. Em contrapartida, as exportações (49 mil toneladas) desses produtos em 2020, sobretudo para o Mercosul (55%), América do Norte (32%) e Europa (8,8%) equivaleram a 0,2% das exportações industriais do país. Ao contrário da balança do cacau em amêndoas, os fluxos financeiros relacionados às exportações e importações de derivados de cacau permitiram um saldo positivo persistente na balança comercial dessa indústria no Brasil.

Os números do desempenho do país na comercialização mundial de cacau e derivados demonstram que essa atividade do agronegócio brasileiro tem importância relativamente tímida para o comércio exterior comparada às outras atividades agropecuárias do país, sobretudo quando se considera exclusivamente a exportação de amêndoas de cacau. No entanto, a importância socioeconômica do SAGCACAU brasileiro se expressa devido a sua presença enquanto atividade econômica relevante para regiões com relativo baixo desenvolvimento socioeconômico como o Sul da Bahia e o Pará.

### **3.2 O sistema agroindustrial do cacau no Brasil**

A cultura do cacau tem em sua estrutura produtiva elementos que a tornam potencialmente promissoras como opção agroindustrial do Brasil devido à sua capacidade de adequação aos novos paradigmas de produção

global fundamentados nas dimensões da sustentabilidade ambiental, social e econômica.

A relevância da sustentabilidade para a competitividade do agro-negócio global ganha maior ênfase quando em 2015 a Organização das Nações Unidas (ONU) estabelece um conjunto de 17 direcionadores de promoção do desenvolvimento sustentável, traduzidos nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, incluídos na Agenda 2030 (BEZERRA et al., 2021). No contexto da competitividade do SAGCACAU brasileiro são perceptíveis a relevância de equacionar dilemas e aproveitar oportunidades relacionadas a geração de valor socioambiental vinculados aos ODS 2 (agricultura sustentável) e ODS 8 (emprego e renda decentes).

Com relação ao ODS-2, os principais desafios do SAGCACAU dialogam com as metas relacionadas ao objetivo de promover uma agricultura que seja sustentável. A sustentabilidade a que se refere o ODS 2 dialoga com aspectos ambientais relacionados tanto à conservação de ecossistemas e da biodiversidade quanto à aspectos socioeconômicos como o aumento de produtividade agrícola, sobretudo, da agricultura familiar e de comunidades tradicionais. Essas metas, portanto, dialogam com as potencialidades e os dilemas da geração de valor socioambiental no SAGCACAU, que por sua vez, ainda apresenta obstáculos estruturais que devem ser superados para que este diálogo se materialize em resultados concretos para os atores envolvidos e a sociedade global como um todo.

O sistema agroindustrial do cacau gera mais de 120 mil empregos diretos e indiretos nos elos agrícola e industrial. Em dezembro de 2019, existiam 7.359 vínculos de trabalho formais na agricultura voltada ao cultivo de cacau no Brasil, sendo que 88% destes vínculos estavam na agricultura baiana, 10% no Espírito Santo e 2% no Pará (RAIS, 2020), evidenciando o papel do Nordeste brasileiro como a principal região na geração de empregos agrícolas formais do SAGCACAU. No mesmo período, o elo industrial de transformação de cacau e produção

de chocolates registrava 32.690 empregos formais, sendo que 71% dos vínculos estavam concentrados nas regiões sudeste e sul do país (RAIS, 2020), evidenciando uma concentração na região sudeste das atividades de maior agregação de valor ao produto e de aporte tecnológico de alta e média complexidade, uma região que não produz, mas processa boa parte da produção nacional de cacau.

Com referência aos salários, o SAGCACAU apresenta um cenário que reflete àquele descrito para a geração de empregos. Os dados da RAIS de 2019 demonstram que os trabalhadores do elo agrícola em dezembro de 2019 recebiam em média R\$ 1.046,00 enquanto o elo industrial, no mesmo período, apresentava uma renda média de R\$ 2.926,00 concentrada na região sudeste onde se concentram também as unidades finais de processamento do cacau. Esses dados mostram que a pobreza deixa como uma de suas marcas a vulnerabilidade e a exclusão social do elo mais exposto do sistema: a produção agrícola. Essas condições sociais se reproduzem nas condições de trabalho, relações de emprego e rendimento dos trabalhadores rurais. O SAGCACAU no Brasil, assim como em escala global, é marcado pela precarização trabalhista que esteriliza as condições mínimas de desenvolvimento socioeconômico sistêmico, equilibrado e justo para todos os segmentos, regiões e países inseridos no sistema.

A marca mais evidente da precarização trabalhista está nas condições de trabalho análogos à escravidão e o trabalho infantil que ainda persistem no SAGCACAU. No Brasil, estudo recente evidenciou a presença de crianças e adolescentes envolvidos em atividades de colheita do cacau, manuseando ferramentas como facões e trabalhadores em condições semelhantes à escravidão (OIT, 2018). A causa mais apontada para a existência de trabalho infantil, está associada a impossibilidade de contratação de mão de obra temporária para a colheita devido ao preço pago pelo cacau (OIT, 2018). Este estudo da OIT apontada a existência de situações de condições de moradia, trabalho e higiene degradantes e de trabalho análogo ao escravo que

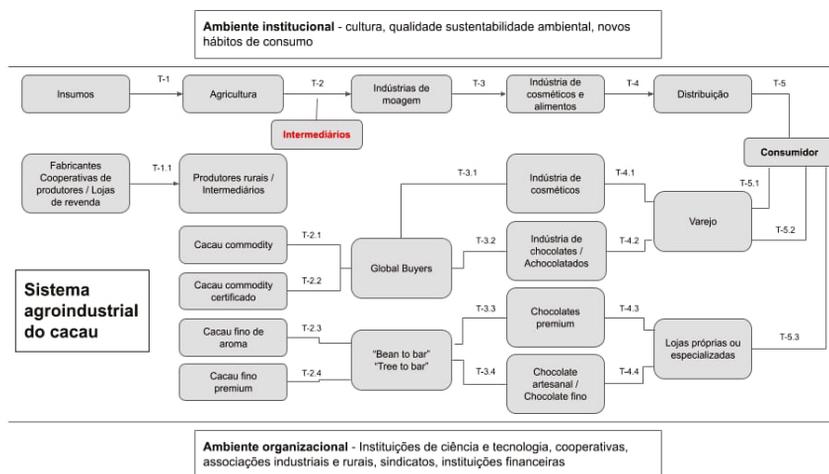
no SAGCACAU brasileiro pode assumir configurações caracterizadas como “parceria” e “meação”.

O trabalho escravo e infantil compromete a competitividade do sistema brasileiro em escala global, sobretudo, a partir de uma reconfiguração institucional comprometida com a sustentabilidade e geração de valor social. Essas condições de trabalho são uma mancha na cadeia de suprimentos das empresas à montante tanto no elo agroindustrial quanto varejista. Sobre esta problemática, as principais processadoras de cacau, identificados no estudo da OIT (2018) como corresponsáveis, foram convidadas por esta organização internacional a tomarem iniciativas para erradicarem essas práticas de sua cadeia de suprimentos.

Além da importância intrínseca de erradicar as formas degradantes de trabalho, essa agenda é importante também para a competitividade das transações envolvendo o cacau brasileiro visto que o acordo de livre comércio firmado em 2019 entre a União Europeia e o Mercosul, carente ainda de ratificação, contempla a comercialização de cacau e prevê como condicionante o compromisso no combate do trabalho infantil. Portanto, o desafio da geração efetiva de emprego e renda decentes (ODS 8) e a geração de valor social fazem parte da transformação do SAGCACAU brasileiro e de sua agenda de competitividade global.

Nesse contexto, o desenho genérico do sistema agroindustrial do cacau (SAGCACAU) apresentado na Figura 1, elaborado como base a estrutura apresentada por Zylbersztajn e Giordano (2015) e o recorte analítico de Araújo, Wedekin e Pinazza (1990), contempla os seguintes elementos estruturais: setores produtivos e mercado consumidor, ambientes institucional e organizacional e coordenação entre os agentes. Esses elementos estruturantes são apresentados nos tópicos seguintes.

Figura 1 - Representação do Sistema Agroindustrial do Cacau (SAGCACAU).



Fonte: os autores

### 3.2.1 Setor de insumos

A estrutura de fornecimento de insumos para o setor agropecuário no Brasil é marcada por movimentos de concentração devido à necessidade de grandes investimentos em capital fixo, inovação e ao crescente processo de fusões e aquisições, acordos ou contratos de cooperação para desenvolvimento de produtos (CADE, 2020). As principais empresas que atuam no fornecimento de insumos agropecuários no Brasil são multinacionais de controle estrangeiro como Syngenta (China), Bayer (Alemã), BASF (Alemã) e Dupont (Americana).

A estrutura concentrada do mercado de fornecimento de insumos é evidenciada no SAGCACAU, o que implica em práticas de preços mais altos para os produtores (NASCIMENTO, 2004). A estrutura do agronegócio proposta por Neves (2015) prevê a possibilidade de que no segmento de insumos exista a presença de cooperativas de produtores que coletivamente compram e distribuem insumos em melhores condições. No entanto, no

SAGCACAU a compra de insumos (fertilizantes, calcário, herbicidas e inseticidas) é predominantemente realizada individualmente pelos produtores em lojas varejistas de revenda de insumos (ESTIVAL, 2013), o que leva a diminuição das possibilidades desses produtores, alcançarem melhores condições de barganha nessas relações.

No entanto, o segmento de produção de cacau sofre menor impacto da estrutura de mercado do setor de insumos devido sua estrutura produtiva. A produção de cacau faz pouco uso de insumos agrícolas na maioria das propriedades rurais, com exceção das áreas com plantios novos (BRASIL, 2018). Predomina no SAGCACAU, a produção de cacau no sistema agroflorestal, método de manejo mais adotado nas plantações que pela prática do pouco uso de insumos agrícolas na produção tem menor dependência e custos com esse componente (SAMBUICHI, 2006).

### 3.2.2 Segmento agrícola

A produção global de cacau está historicamente concentrada em pequenas unidades rurais de produção com média de até 3,5 hectares que são responsáveis por 95% da produção global (ICCO, 2016). No Brasil, o segmento de produção agrícola de cacau é composto por 93,314 imóveis rurais produtores, sendo que 74% dos estabelecimentos estão na Bahia e 19% no Pará. Do total de estabelecimentos produtores de cacau, a maioria (52,7%) têm área inferior à 10 hectares e 80,4% são da agricultura familiar, enquanto apenas 19,6% não são da agricultura familiar, segundo o mais recente Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017). Esses números indicam que a produção brasileira de cacau possui uma estrutura fundiária predominantemente da agricultura familiar que, conseqüentemente, oferece a este sistema um caráter positivo de menor concentração de renda e menor impacto ambiental das atividades de produção, quando estas se relacionam a dimensões das áreas de plantio.

O caráter socioambiental impulsionado pela estrutura fundiária do setor, enfrenta por sua vez, no elo da agricultura, um dos principais entraves para a oferta de cacau e a competitividade do SAGCACAU brasileiro: a

baixa produtividade agrícola decorrente de uma série de fatores como baixo aporte tecnológico, característica predominante nas principais regiões produtoras (SILVA; LEONELLI; GOMES, 2014). Enquanto a produtividade agrícola global de cacau está em 30 arrobas por hectare (FAOSTAT, 2018), no Brasil, que já foi o maior produtor global em 1985, a produtividade atual nos principais estados produtores é de respectivamente, 20 e 60 arrobas por hectare, na Bahia e no Pará. Enquanto o Pará responde por 53% da produção, a Bahia é responsável por 42% da produção nacional, seguido pelos estados do Espírito Santo com 3% e Rondônia com 2% de participação (ETENE, 2021). Essa produtividade está associada a três sistemas de produção, tradicionalmente utilizados no Brasil para o cultivo de cacau: agroflorestal, consórcio e intensivo.

O sistema agroflorestal, conhecido na Bahia como “cabruca”, é o mais utilizado nas propriedades rurais. Neste sistema produtivo o cacau é sombreado por árvores nativas da Mata Atlântica (FRANCO et al., 1994), o que implica na baixa densidade de plantas por hectare. No Brasil a produção de cacau nas principais regiões produtoras é desenvolvida em sistema agroflorestal onde o cacau é cultivado em meio às árvores de grande porte, conservando a estrutura florestal que oferta bens e serviços ecossistêmicos (COSTA, 2016). Este sistema é marcado por baixa produtividade e aporte de tecnologias simples, e sua principal base é o conhecimento local dos agricultores. Por outro lado, é um dos principais responsáveis pela preservação da mata atlântica na região sul do estado (MACHADO, 2019; GONTIJO, 2020), onde se concentram as principais unidades produtoras, reforçando o caráter socioambiental positivo que este sistema apresenta ao cenário agrícola nacional. Em 2018, este sistema de produção foi reconhecido com uma indicação geográfica (IG), um instrumento de propriedade intelectual voltado à proteção e valorização de produtos de reputação socialmente reconhecida, atrelados à sua origem.

Além do predominante sistema agroflorestal ou “cabruca”, a produção de cacau no Brasil também é feita sob o regime de consórcio. Trata-se

de um sistema de produção onde o cacau é produzido em conjunto com alguma outra atividade agrícola secundária, como banana, seringueira e açaí. Apesar de potencialmente mais impactante sob aspecto ambiental, este sistema mostra-se como uma alternativa socioambiental ainda positivamente impactante, na medida em que permite a utilização de áreas de florestas já tombadas, com culturas de impacto ambiental menos intenso, sobretudo se comparado à prática agrícola associada às culturas anuais, sobretudo os grãos, que ocupam as principais posições econômicas no cenário do agrogêocio nacional. No geral essa prática de cultivo não é feita de maneira extensiva (grandes áreas) e também está concentrada nas práticas agrícolas de pequenos e médios produtores rurais, intensificando com isso seu caráter social relevante.

Já no sistema de produção intensivo o cacau é produzido sem sombreamento ou presença de outro componente agrícola ou florestal (PIASSENTIN; SAITO, 2014), o que potencializa seus efeitos ambientais negativos ao mesmo tempo que passa a ser associado a extensões maiores das áreas de cultivo e conseqüentemente, maior concentração de renda. No entanto, este sistema apesar de presente, é pouco representativo na estrutura nacional do SAGCACAU.

No contexto analítico do ODS-2, é importante destacar que a estrutura de produção do cacau permite que a cultura seja utilizada em projetos de restauração de áreas degradadas. A restauração de áreas degradadas assumiu papel de protagonista no contexto da contribuição nacionalmente determinada (CND) do Brasil quando do Acordo de Paris, que prevê, entre outros objetivos e metas, a restauração de 12 milhões de hectares de florestas para usos múltiplos até o ano de 2030 e ampliação da escala de manejo sustentável de florestas nativas. Neste contexto, os projetos de recuperação de áreas degradadas podem dialogar com o objetivo de aumentar a produção destinado a autossuficiência de abastecimento interno e à exportação de amêndoas de cacau com o diferencial de contribuir para a geração de valor ambiental comparado aos principais produtores globais.

Um dos objetivos do sistema está justamente em efetivar a autossuficiência do abastecimento doméstico das indústrias de processamento e gerar excedentes exportáveis, mas esse objetivo perpassa pelo necessário aumento da produtividade agrícola da agricultura familiar que predomina no SAGCACAU brasileiro. Assim, o aumento da produtividade e renda dos produtores depende do aporte tecnológico dos estabelecimentos rurais produtores de cacau (BRASIL, 2018). Esse é um dilema longínquo neste sistema que interfere negativamente em sua competitividade e produz dilemas socioeconômicos (SOARES; COSTA; NASCIMENTO, 2016). Entre os entraves do SAGCACAU está a fragilidade da transferência tecnológica rural (TRINDADE; PEREIRA, 2019) que demanda o restabelecimento de um concreto programa de assistência e extensão agrícola para o segmento do cacau capaz de mitigar o descompasso entre o desenvolvimento tecnológico promovido pelas instituições científicas e tecnológicas e o acesso efetivo dos produtores a essas tecnologias.

Neste cenário, é imprescindível se considerar que o desenvolvimento tecnológico dos estabelecimentos rurais, predominantemente, dominado por pequenos produtores depende do desenvolvimento de um mercado de investimento e financiamento voltado à produção de cacau. Uma das opções seria restaurar a oferta e o acesso de crédito agrícola suficiente para a transformação das lavouras e infraestrutura das propriedades. O acesso à crédito tem sido dificultoso devido a situação de endividamento dos produtores (ZUGAIB, 2017) comprovado no estudo de Piotto (2018) que demonstrou que numa amostra de 1621 produtores apenas 3 receberam crédito nos 3 anos mais recentes.

### **3.2.3 Agentes intermediários**

Os intermediários mais tradicionais são agentes que compram amêndoas de diferentes produtores, buscando formar lotes homogêneos de cacau que os possibilitem melhores condições de negociação no processo de comercialização junto às indústrias moageiras. Estes agentes são caracterizados como atravessadores locais (agentes que compram e bus-

cam o produto nas propriedades rurais) ou armazéns que estão presentes em todas as regiões produtoras de cacau no Brasil. Em alguns casos, esses intermediários são agentes fundamentais no processo de comercialização do cacau, especialmente para produtores com baixa escala de produção que têm dificuldade de acessar outros canais de comercialização. Na Bahia os intermediários são, segundo o BRASIL (2018, p. 36) “predominantemente representados por antigos exportadores de cacau” enquanto no Pará são intermediários locais e organizações de produtores como cooperativas.

Embora a presença dos agentes intermediários seja num primeiro momento relevante para viabilizar a comercialização, sobretudo, dos pequenos produtores, a sua atuação no sistema traz à discussão o dilema da geração e apropriação de renda. Agentes intermediários são externos ao ambiente de produção, não geram renda diretamente no sistema, mas se apropriam de parte dela. Apropriam-se de parte da renda gerada pelo elo mais exposto do sistema, os produtores rurais, diminuindo ainda mais a margem dos produtores que passa a representar a remuneração do serviço dos agentes intermediários.

Esse cenário revela que o segmento do SAGCACAU brasileiro ainda apresenta uma estrutura que impõe desafios vinculados ao ODS 8 na medida em que a presença dos agentes intermediários não se caracteriza como um elo fundamental para a garantia do fluxo de valor entre os agentes de produção, tanto à montante como à jusante dessa cadeia de valor. Ao contrário, mostra-se como um elemento que drena uma parte da renda dos produtores. Como forma de minimizar ou eliminar os efeitos desses atores, a organização dos produtores pode representar uma alternativa viável. A presença de organizações compostas pelos próprios produtores pode passar a ocupar o espaço em que estão os intermediários exógenos. Essas organizações podem passar a formar seus lotes homogêneos em volumes maiores a fim de aumentar o poder de barganha junto às empresas moageiras, além de favorecer a apropriação de parte da renda direcionada aos intermediários exógenos.

### 3.2.4 Elo industrial

O cacau representa matéria prima para as indústrias moageiras de cacau. No mundo foram processadas 4,6 milhões de toneladas de cacau na safra 2019/20 (em torno 4,7 milhões todos os anos). A maior parte do processamento é feito na Europa (36%), seguido pela Oceania e Ásia (24%), África (22%) e Américas (19%) (ICCO, 2020). Mesmo na África, o maior continente produtor global de amêndoas de cacau, apenas 1 milhão de toneladas são processadas em sua origem. O excedente é destinado, sobretudo, à Europa, continente que possui o maior consumo *per capita* de chocolate no mundo.

Nas Américas os países com maior participação no processamento global do cacau são os Estados Unidos (8%) e o Brasil (5%) (ICCO, 2020). A primeira etapa do segmento agroindustrial do SAGCACAU, a etapa de processamento, é representada no Brasil, predominantemente por três global *buyers* transnacionais (GEREFFI et al 2005). Essas empresas são: Cargill, de origem estadunidense; Callebaut, do grupo belga Barry-Callebaut; Olam, de origem nigeriana, agora controlada pela Temasek Holdings (empresa estatal de Singapura) e pela Mitsubishi Corporation. Juntas essas empresas possuem capacidade instalada de processamento de 275 mil toneladas de cacau no Brasil e respondem por 97% do processamento nacional da *commodity* (AIPC, 2021). Nos últimos 5 anos, essas indústrias processaram cerca de 220 mil toneladas de cacau no Brasil.

O elo de processamento industrial do SAGCACAU brasileiro demonstra ser predominantemente composto por empresas de controle e origem internacional que constituem uma estrutura de mercado oligopsônica (poucos compradores). Existe quase nenhuma inserção expressiva nacional neste elo de agregação de valor ao cacau. Embora esse elo direcione a maior parte de seus *outputs* para o mercado interno, também exporta derivados de cacau, apresentando saldo comercial com o exterior positivo, ao contrário do que acontece com o elo dos produtores rurais.

### 3.2.5 Mercado consumidor nacional

O mercado consumidor está basicamente atrelado ao consumo de chocolate, o principal produto industrializado derivado do cacau. O Brasil é o 5º maior consumidor global de chocolate num mercado que faturou 14 bilhões de reais no ano 2019, quando foram produzidas 559 mil toneladas no país (ABICAB, 2020). Em 2019 foram produzidas 756 mil toneladas de chocolate no Brasil, das quais 28 mil foram exportadas, mas ainda foram importadas no mesmo período 20 toneladas de chocolate do exterior.

O consumo médio anual *per capita* de chocolate no país é de 2,6 kg; São Paulo ocupa a posição de maior consumidor nacional, com média anual *per capita* de 3,5 kg, o que representa em 2014 29,5% do volume de vendas nacional do chocolate. Na Grande São Paulo, maior região demandante de chocolate, o consumo médio *per capita* chega a 5,75 kg/habitante/ano, ainda pequeno se comparado à países como Suíça e Alemanha, que têm média de consumo superior a 8 kg/habitante/ano. Segundo a ABICAB (2020), 75% dos brasileiros consomem chocolates, 35% dos consumidores alegam não trocar o chocolate por nenhum outro alimento.

### 3.3 Ambiente institucional do SAGCACAU

O ambiente institucional do SAGCACAU tem passado por importantes modificações que implicam em alinhamento estratégico entre os agentes envolvidos no sistema (setores produtivos e organizações de suporte) a fim de responder aos requisitos que representam novos imperativos competitivos. Destacam-se, entre os novos aspectos conjunturais impostos aos sistemas agroindustriais, grandes questões relacionadas à sustentabilidade ambiental e social (geração de valor socioambiental).

Sobre o eixo da sustentabilidade ambiental, sistemas agroindustriais têm sido levados a estabelecer conduta de não apenas mitigar seus impactos ambientais através de ecoeficiência decorrente de inovações, mas também de gerar valor ambiental em suas práticas, seja contribuindo

para os esforços de combate às mudanças climáticas ou para a promoção de ações voltadas à conservação da biodiversidade. Os sistemas agroindustriais também estão sendo provocados a reavaliar suas condutas sociais, mas no sentido de contribuir para o desenvolvimento social, sobretudo, nos elos mais vulneráveis da cadeia, promovendo relações socioeconômicas mais justas com os agentes destes elos. Essa configuração também é realidade para o SAGCACAU brasileiro, cuja inserção competitiva global não depende apenas da equalização de dilemas relacionados a eficiência, eficácia e modernização tecnológica, mas também à sua modernização socioambiental, que passa a representar credencial para a comercialização junto aos principais mercados processadores de cacau e consumidores de chocolate.

Por isso, a importância de refletir sobre o nexo sustentabilidade e competitividade, condicionante para a perpetuidade dos negócios agrícolas, sobretudo, daqueles que transacionam com os mercados desenvolvidos e democráticos. Para esses mercados, a origem dos produtos agrícolas e a sua capacidade de promoverem justiça social e ambiental representará requisito para as transações, o que pode, com as correções necessárias, representar vantagem competitiva do Brasil frente aos países concorrentes, sobretudo aqueles com práticas questionáveis do ponto de vista socioambiental.

Assim, questões socioambientais assumem papel de maior relevância no cenário do agronegócio nacional com reflexos diretos na estrutura do ambiente institucional onde estes se desenvolvem. Essa dinâmica tem reflexos específicos no ambiente institucional, que passa a impor novos valores, remodelando as regras, normas e padrões de conduta que passam a ser incorporados como requisitos aos produtos em escalas local e global.

O novo contexto institucional desenhado, sobretudo para o agronegócio brasileiro, implica na incorporação dos ODS nas cadeias de valor agroindustriais como elemento estruturante de competitividade. Neste contexto, a inserção dos ODS na agenda do agronegócio é oportuna visto que são efetivos e concretos direcionadores, com objetivos e

metas, para o desenvolvimento sustentável que servem de base para a reflexão do nexo entre sustentabilidade e competitividade no agronegócio e no SAGCACAU.

Outros aspectos relacionados a dinâmica do ambiente institucional do SAGCACAU estão relacionados a demanda e hábitos de consumo. Uma condição relacionada a demanda nacional por cacau está vinculada ao Projeto Lei nº 1769, de 2019, em tramitação no Congresso Nacional, que objetiva o estabelecer aumento na concentração mínima de cacau de 25% para 35% em chocolates.

Modificações no ambiente institucional também estão relacionadas a movimentos de construção de um mercado baseado em qualidade. Diferentes países, como Equador, Venezuela, Ilhas das Caraíbas, Nova Guiné e Ilha de Java na Indonésia, são reconhecidos há mais tempo como produtores de cacau de qualidade (BAREL, 2008). Mais recentemente, o Brasil tem passado por um processo de construção de seu mercado de cacau com atributos de qualidade superior (SANTOS; SANTOS; SANTOS, 2016).

Demandas por novos atributos de qualidade no cacau representam oportunidades para o desenvolvimento da produção de cacau de qualidade. O volume exportado do cacau brasileiro de reconhecida qualidade ainda é pequeno, mas com o reconhecimento do Brasil como país produtor desse tipo de cacau pela *International Cocoa Organization (ICCO)*, existe expectativa de aumento do interesse do mercado internacional pelo cacau brasileiro.

Além do movimento de construção de mercados de amêndoas de cacau de qualidade, um mercado de chocolates especiais de origem está em desenvolvimento (FONTES, 2013), que tem por isso passado por processo de legitimação no mercado *premium* nacional (VIOTTO; SUTIL; ZANETTE, 2018). As novas demandas provocadas por novos hábitos de consumo relacionados à saúde e bem-estar indicam tendência também de expansão do mercado de chocolates especiais (ESTIVAL, 2013).

## 3.4 Ambiente organizacional do SAGCACAU

O sistema agroindustrial do cacau é permeado por organizações de suporte à competitividade do sistema. São organizações públicas, privadas e privadas com interesses públicos e de representação setorial. No SAGCACAU existem também organizações de representação política e organização coletiva que atuam estrategicamente em defesa dos interesses privados tanto dos agentes inseridos no elo agrícola quanto daqueles inseridos no elo agroindustrial.

### 3.4.1 Organizações coletivas de produtores

Nas regiões produtoras de cacau no Brasil, o cooperativismo e associativismo, apesar de ainda não serem profundamente enraizados na estrutura sócio produtiva local, tornaram-se, com o passar dos anos, relevantes formas de promoção de melhores condições competitivas a determinados modelos de negócios agrícolas, sobretudo àqueles mais dependentes de mecanismos de inclusão social (DIAS; FAJARDO, 2018).

Predominantemente, no SAGCACAU brasileiro a cultura vinculada às organizações coletivas ainda é incipiente, e a maioria dos produtores rurais não está integrada a esse tipo de estrutura organizacional. Nas duas principais regiões produtoras de cacau no Brasil (Bahia e Pará), a presença de cooperativas e associações de produtores ainda são ocorrências pontuais, mas que se mostram capazes de agregar melhores condições competitivas aos produtores que representam.

Na Bahia, há um caso de uma cooperativa que consegue evidenciar bem esse cenário da incipiência da cultura coletiva. Essa cooperativa foi fundada com o intuito principal de promover o sistema de produção agroflorestal de forma ambiental e economicamente sustentável, reúne atualmente 28 produtores com um perfil socioeconômico diferenciado do perfil tradicional dos produtores baianos em termos de porte de propriedades e rendimento. Mesmo congregando quantidade restrita de produtores comparada ao universo de produtores do sul da Bahia, a cooperativa tem ao

longo dos anos atuado como importante agente capaz de aprimorar as condições competitivas dos produtores cooperados.

A verticalização produtiva ainda é desempenhada por poucos produtores que participam de organizações coletivas voltadas à produção e à comercialização de chocolate de qualidade com marca própria. Na Amazônia, existe um caso de marca de chocolates que surgiu da organização coletiva dos produtores de uma cooperativa que verticaliza parte da produção para a transformação em chocolate. Outro caso, agora impulsionado por política pública, são as fábricas de chocolates da agricultura familiar implantadas por iniciativa do governo do estado na Bahia.

Esses são apenas alguns dos casos existentes que predominantemente estão relacionados à organização de produtores que buscam estratégias de diversificação, sempre voltados ao mercado do chocolate, mantendo sua especialidade produtiva, mas diferenciando e agregando valor ao cacau a partir de novos atributos de qualidade e, em alguns casos, avançando para as etapas seguintes de transformação, verticalizando, portanto, a produção de chocolates de qualidade, a fim de gerar margens superiores de renda.

### **3.4.2 Organizações privadas de interesse público**

No sistema agroindustrial do cacau existe a atuação de organizações privadas com finalidades públicas. Essas organizações atuam principalmente no desenvolvimento da estratégia de agregação e diferenciação do cacau a partir de atributos de qualidade. A Associação Cacau Sul da Bahia (ACSB), entidade sem fins lucrativos, foi fundada em 2014 e reúne 3 mil produtores. A associação é a responsável por gerir o registro da IG Sul da Bahia junto ao INPI, além de incentivar a adesão dos produtores ao selo IG, promovendo treinamento aos produtores para que se tornem aptos a aderirem aos requisitos da IG. Outra instituição relevante para o sistema é o Centro de Inovação do Cacau (CIC) fundado em 2017. Sediado no campus da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), mas com personalidade jurídica privada, o CIC suporta parte da estratégia de diferenciação e agregação de valor ao cacau, realizando análises de qualidade nos lotes de

amêndoas de cacau dos produtores. Os laudos gerados pelo CIC atestam a qualidade do cacau.

### **3.4.3 Organizações de representação**

No elo dos produtores rurais, embora as cooperativas representem os produtores associados, existe a lacuna de uma representação expressiva que agregue e organize um quantitativo representativo do segmento a fim de aumentar seu espaço e força representativa frente ao poder público e aos demais elos do sistema agroindustrial. Embora existam sindicatos pulverizados territorialmente nas diferentes regiões produtoras, inexistente uma entidade que congregue uma organização nacional ou federativa que represente politicamente os produtores como as que existem nos demais elos do sistema.

Do lado das indústrias de processamento, a Associação das Indústrias de Processamento de Cacau (AIPC), fundada em 2004, reúne as três principais processadoras globais de cacau, Barry Callebaut, Cargill e Olam. Na pauta da AIPC está a viabilização da autossuficiência do fornecimento de cacau no Brasil com condições de gerar excedentes exportáveis a fim de atender à crescente demanda interna e externa. Como meta, a AIPC visa dobrar a produção nacional de cacau em 10 anos, aumento a produtividade das lavouras e a área de cultivo em solos já degradados. A Associação Brasileira da Indústria de Chocolates, Amendoim e Balas (ABICAB) fundada em 1957 representa as principais fabricantes do segmento. A atuação da ABICAB está voltada a defesa dos interesses dos fabricantes de chocolates nas esferas pública e privada.

### **3.4.4 Organizações científicas e tecnológicas**

O sistema agroindustrial do cacau é permeado por instituições científicas e tecnológicas que atuam na pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologia, sobretudo, biotecnologia. A Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), pertencente ao Ministério da

Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), representa a instituição científica mais emblemática para o segmento.

As universidades também desempenham papel importante neste sistema. Universidades como UESC, UNICAMP, UEFS, USP e UESB contribuem de forma relevante na geração de conhecimento científico e tecnológico para o sistema, sobretudo, na etapa de beneficiamento do cacau. O Brasil é o país com a maior quantidade de depósitos de pedidos de patentes relacionadas a tecnologias de beneficiamento de cacau; os estados de São Paulo e Bahia são as principais origens destes depósitos, sendo que 75% dos depósitos são de empresas, 21% de inventores independentes e 8% de universidades (SANTOS; KALID, 2020).

Entre as instituições de pesquisa e desenvolvimento tecnológico de suporte ao SAGCACAU, somente as universidades paulistas (UNICAMP e USP) estão sediadas fora dos principais centros de produção e beneficiamento do cacau. Nas regiões produtoras agrícolas de cacau, a maior parcela da produção de conhecimento e tecnologia associada ao SAGCACAU está voltada às atividades agrícolas de produção e beneficiamento das amêndoas pós colheita. Já as universidades paulistas têm atuação mais expressiva nas etapas de processamento das amêndoas.

### 3.5 Coordenação do SAGCACAU brasileiro

O cacau possui margem para a estratégia de diferenciação que favorece a diversificação do cacau em categorias, segundo atributos de qualidade, e a sua destinação a compradores diferentes do elo agroindustrial. Os diferentes agentes do elo agroindustrial adotam diferentes mecanismos de governança que coexistem no sistema, estabelecendo diferentes subsistemas estritamente coordenados (FARINA, 1999). São perceptíveis a coexistência de dois subsistemas no SAGCACAU: o subsistema do cacau *commodity* (*bulk* e certificado); e o subsistema do cacau fino (aroma e *premium*).

O subsistema do cacau *commodity* representa o maior volume da produção agrícola global de cacau. O cacau *commodity bulk* pode ser transacionado diretamente com as indústrias de moagem ou através da atua-

ção de agentes intermediários. Como exemplo, na Bahia a comercialização direta entre produtores e indústrias representa apenas 12% das transações enquanto as vendas de cacau com o intermédio dos agentes locais representam 19% das transações e o comércio entre produtores e armazéns são responsáveis por 69% das transações (IFV, 2020). A comercialização deste tipo de cacau seja direta ou com a presença de intermediários exógenos não possui controles de qualidade rigorosos, sendo o volume produzido a principal demanda. Portanto a frequência de recorrência das transações envolvendo o cacau *commodity* (*bulk* ou certificado) é maior e as etapas de aprimoramento da qualidade, como a fermentação, não são requisitos essenciais para este tipo de produto. Essas transações são coordenadas pelo mecanismo de relações de mercado *spot* cujo determinante são os preços estabelecidos no mercado e definidos nas bolsas de valores de Nova Iorque e Londres. O cacau *commodity* certificado é comercializado diretamente entre produtores individuais e indústrias ou entre produtores e organizações coletivas (cooperativas e associações), que assumem o papel de intermediárias. A governança deste tipo de cacau é semelhante ao cacau *commodity bulk* porém, por ser certificado, é adicionado um prêmio de 5% a 10% ao preço de mercado como incentivo segundo o Instituto Arapyáú (IA, 2020). Na governança do subsistema de cacau *commodity* as incertezas para os produtores estão relacionadas à sua exposição às variações internacionais do preço do cacau que podem ocorrer por diferentes motivos, como oscilações da moeda internacional e da taxa de câmbio (SOARES; COSTA; LEMOS, 2016) e excedentes de produção em países concorrentes, sobretudo da África.

O cacau fino de aroma ou *premium* são tipologias muito específicas definidas de acordo com atributos de qualidade (genéticos, químicos, sabor e coloração, dentre outros). Esses parâmetros são muito variáveis, geralmente definidos pelos próprios clientes, nem sempre padronizados nas relações comerciais (FONTES, 2013; SANTOS; SANTOS; SANTOS 2016). A comprovação de que o cacau possui os atributos de qualidade necessários para ser considerado como fino é realizado através de análises físico-quími-

cas laboratoriais e sensoriais que comprovam se um lote de cacau atende às especificidades qualitativas de um determinado comprador.

Essa estrutura sugere que a governança para coordenar as transações entre os produtores e compradores no subsistema de cacau fino assume, portanto, arranjos diferentes do mecanismo de mercado *spot*. São perceptíveis dois tipos de coordenação no subsistema do cacau fino: relações híbridas e integração vertical (NEVES; CALEMAN, 2015). As relações híbridas no SAGCACAU são estabelecidas por contratos relacionais e parcerias. As transações baseadas em contratos são efetivadas com base em relacionamento entre produtores e compradores e não em contratos formais onde o fabricante de chocolate adquire uma amêndoa de qualidade reconhecida para a produção de seus produtos. Já o mecanismo de coordenação baseado em parcerias representa um relacionamento entre produtores e chocolateiros no desenvolvimento de produtos que vinculam os nomes dos produtores e a origem do cacau aos chocolates fino ou artesanal.

Nas relações híbridas os compradores são caracterizados como fabricantes de chocolates com teor maior de concentração de cacau e com qualidade superior comparados àqueles relacionados ao consumo de massa. Esses fabricantes podem ser agentes reconhecidos como *chocolatiers* (chocolateiros) ou grandes indústrias que atuam em nichos específicos de mercado de chocolate de qualidade. Esses fabricantes absorvem a etapa de processamento de cacau e avançam na confecção de chocolates *premium* ou artesanal. Por isso são conhecidos como *bean to bar* (da amêndoa à barra) e comercializam o produto final em varejistas específicos ou lojas próprias. Os incentivos para a produção do cacau fino de aroma é o seu prêmio no preço que varia entre 10% a 40% comparado ao cacau convencional e para o cacau fino *premium* pode variar entre 50% e 150% a mais no preço comparado ao cacau convencional (IA, 2020).

O segundo mecanismo de coordenação do subsistema de cacau fino é representado pela verticalização produtiva conhecido como *tree to bar* (da árvore à barra). Esse mecanismo de coordenação no SAGCACAU é representado pela produção de chocolates fino e artesanal

pelos próprios produtores agrícolas em agroindústrias individuais ou coletivas, próprias ou terceirizadas, com o estabelecimento de marcas próprias de chocolates comercializadas no Brasil e no exterior (FONTES, 2013).

Produzir amêndoas de cacau e chocolates finos requer aporte tecnológico específico e mais intenso quando comparado a produção de amêndoas de cacau *commodity* (FONTES, 2013). Esse aporte tecnológico maior implica em investimento em ativos específicos relacionados à infraestrutura de beneficiamento das amêndoas nos estabelecimentos rurais, sobretudo para a fermentação do cacau, etapa determinante para desenvolver os atributos de qualidade superiores destes tipos de cacau.

Por fim, embora o comércio de cacau fino apresente possibilidades de prêmios consideráveis, as transações neste subsistema representam um aumento do custo de produção. As etapas de beneficiamento do cacau fino são mais específicas e exigem infraestrutura dedicada nas propriedades, além de serem mais demoradas e, portanto, ocuparem mão de obra no processo.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção do SAGCACAU brasileiro no comércio global de cacau está basicamente restrita ao segmento agrícola. À montante e à jusante deste elo predominam agentes transnacionais. A inserção limitada convive com deficiências estruturais que comprometem a competitividade do SAGCACAU e requerem reconfigurações. É importante demarcar concretamente que a produção de cacau no Brasil é representada predominantemente pela agricultura familiar, segmento que, embora protagonize a garantia da segurança alimentar no Brasil, tradicionalmente enfrenta condições de competitividade desfavoráveis comparadas àquelas voltadas ao agronegócio exportador.

No entanto, a efetiva competitividade do SAGCACAU requer condições mais favoráveis de acesso efetivo e suficiente de recursos capazes de modificar a estrutura produtiva dos estabelecimentos rurais e o acesso às

tecnologias e ao acompanhamento técnico a fim de garantir o aumento de produtividade.

Por outro lado, a inserção em arranjos possivelmente mais rentáveis como o cacau fino ou a integração vertical para a produção de chocolates apresenta também seus próprios desafios para os produtores como as barreiras tecnológicas e de conhecimento e o aumento dos custos de transação. Esses entraves podem, no entanto, serem mitigados com possíveis estratégias coletivas voltadas aos produtores com o apoio das demais organizações direta e indiretamente interessadas no SAGCACAU.

Seja via estratégias de aumento de produção agrícola ou através de inserção em arranjos potencialmente mais rentáveis ou pela combinação de ambas possibilidades, essas opções não representam objetivo restrito aos produtores rurais, mas convida o envolvimento de múltiplas organizações e atores com interesses diretos e indiretos no setor. Essas estratégias devem também ser vistas como um meio de promover a competitividade do SAGCACAU brasileiro num contexto que favoreça a inserção social e a mitigação de seus impactos ambientais.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, NB de; WEDEKIN, Ivan; PINAZZA, Luiz Antonio. Complexo agroindustrial: o agribusiness brasileiro. São Paulo: **Agroceres**, p. 343-524, 1990.

ABICAB. **Mercado 2019**. Disponível em: <<http://www.abicab.org.br/paginas/chocolate/mercado-2019/>>. Acesso em: 30 de abr. 2020.

AIPC. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.aipc.com.br/>>. Acesso em: 18 de fev. 2021.

BAREL, M. **Du cacao au chocolate, l'epopée d'une gourmandize**. Versailles: Éditions Quae, 2009.

BEZERRA, A. et al. Desenvolvimento sustentável em publicações científicas brasileiras : uma revisão sistemática. **Journal of Environmental Analysis and Progress**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 51-59, 2021.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio exterior e Serviços - MDIC. **ComexVis**. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>>. Acesso em: 10.02.2021.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio exterior e Serviços - MDIC. **Estudo de competitividade do cacau e chocolate no Brasil: desafios na produção e comércio global**, 2018. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>>. Acesso em: 10.02.2021.

BRASIL. Secretária do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Brasília, DF, 2020.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA - CADE. **Cadernos do CADE: Mercado de insumos agrícolas**, 2020.

CORTI, R.; FLAMMER, A.J.; HOLLENBERG, N.K.; LÜSCHER, T.F. Cocoa and cardiovascular health. **Circulation**, 119, p. 1433-41, 2009.

COSTA, R. D. G. DA. **Guia prático de silvicultura tropical para o sul da Bahia: informações básicas para orientar a escolha de espécies nativas madeireiras**. 2016. 72 f. Dissertação (Mestrado) - Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade, Instituto de Pesquisas Ecológicas, Nazaré Paulista, 2016.

COSTA, F. M.; SOARES, N. S. Cacau, riqueza de pobres. In: COSTA, F. M.; SOARES, N. S (Orgs.). **Cacau riqueza de pobres**. Ilhéus: Editus, 2016.

DIAS, B. B.; FAJARDO, S. Articulações entre o estado e o cooperativismo agrícola: um estudo sobre as cooperativas de imigrantes holandeses nos campos gerais do Paraná. **O Espaço Geográfico em Análise**, v. 45, p. 214–232, 2018.

ESTIVAL, K. G. S. **Construção social do mercado de qualidade do cacau no Brasil**. 2013. 312 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE – ETENE. Caderno Setorial ETENE, Ano 6, nº 149, Janeiro de 2021.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION CORPORATE STATISTICAL DATABASE – FAOSTAT. Cocoa beans production. Disponível em:< <http://www.fao.org/faostat/en/#search/Cocoa%20Beans%20and%20products>>. Acesso em: fev. 2021.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION CORPORATE STATISTICAL DATABASE - FAOSTAT. Disponível em: < <http://www.fao.org/faostat/en/>>. Acesso em: fev. de 2020.

FARINA, E. M. M. Q. Competitividade e coordenação de sistemas agroindustriais: um ensaio conceitual. **Gestão & Produção**, [s. l.], v. 6, n. 3, p. 147-161, 1999.

FONTES, M. J. V. **Do Cacau ao Chocolate: trajetória, inovações e perspectivas das pequenas agroindústrias de cacau/chocolate**. 2013. 216 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

FRANCO, M. et al. **Program of the environmental development of the rain forest region in Bahia, Brazil: development of a methodology**. Stuttgart: University of Stuttgart, 1994.

GEREFFI, G.; HUMPHREY, J.; STURGEON, T.. The governance of global value chains. **Review of international political economy**, v. 12, n. 1, p. 78-104, 2005.

GONTIJO, Frederico José Cardoso. **A cadeia produtiva do cacau brasileiro sob a perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 2020. Trabalho Final de Curso (Políticas Públicas em Agropecuária) – ENAP, Brasília, 2020.

REENBERG, J.A. Chocolate intake and diabetes risk. **Clin Nutr**, 34, p. 129-33, 2015.

GREENBERG, J.A.; MANSON, J.E.; TINKER, L.; NEUHOUSER, M.L.; GARCIA, L.; VITOLINS, M.Z.; PHILLIPS, L.S. Chocolate intake and diabetes risk in postmenopausal American women. **Eur J Clin Nutr**, 71, p. 1088-93, 2017.

INSTITUO ARAPYAÚ – IA. **Análise estratégica setorial – cacau do sul da Bahia**, 2020. Disponível em: < <https://arapyau.org.br/analise-estrategica-setorial-cacau-do-sul-da-bahia/amp/>>. Acesso: dez. 2020.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html>>. Acesso em: 10.02.2021.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal - PAM**. Disponível em: <[www.sidra.ibge.gov.br](http://www.sidra.ibge.gov.br)>. Acesso em mar. de 2021.

IBGE. **Pesquisa Agrícola Municipal – PIA**. Disponível em: <[www.sidra.ibge.gov.br](http://www.sidra.ibge.gov.br)>. Acesso em mar. de 2021.

INSTITUTO FLORESTA VIVA – IFV - **Panorama da cacauicultura no Território Litoral Sul da Bahia 2015-2019**. Ilhéus, 2020. Disponível em: < <https://www.>

worldcocoafoundation.org/wp-content/uploads/2020/05/Panorama-da-cacaui-cultura-TILSB-Versao-final-Web.pdf>. Acesso em: nov. 2020.

MACHADO, Gustavo Bittencourt. Agricultura produtivista à agricultura multifuncional no sistema agrário do cacau. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 9, p. 13868-13890, 2019.

NASCIMENTO, F. R. **Políticas públicas e o agronegócio cacau**. Ilhéus, Ba: Editus, 2004, 374p.

NEVES, M. F.; CALEMAN, S.M.Q. Metodologia para análise dos sistemas agroindustriais. In: ZYLBERSZTAJN, D; NEVES, M. F.; CALEMAN, S. Q (org.). **Gestão de sistemas agroindustriais**. São Paulo: Atlas, 2015, p. 1-20.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO CACAU - ICCO. **Fine or flavour cocoa**. Disponível em: <https://www.icco.org/fine-or-flavor-cocoa/>>. Acesso em: 30.02. 2021.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO CACAU - ICCO. **ICCO forecasts 2016/2017**. Disponível em: < <https://www.icco.org/icco-documentation/annual-report/>>. Acesso em: 30.02. 2021.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Cadeia Produtiva do Cacau Avanços e Desafios Rumo à Promoção do Trabalho Decente**: análise situacional, 2018, p. 67. Disponível em: < [https://www.ilo.org/brasil/publicacoes/WCMS\\_748400/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasil/publicacoes/WCMS_748400/lang--pt/index.htm)>. Acesso em: fev. 2021.

PIASENTIN, F. B.; SAITO, C. H. Os diferentes métodos de produção de cacau no sudeste da Bahia, Brasil: aspectos históricos e percepções.

PIOTTO, D. **Biome restoration of Brazils Mata Atlântica: Can we promote equitable socioeconomic development while saving the worlds most threatened tropical forest?** Projeto de Pesquisa Não Publicado, 2018.

SAMBUICHI, R. H. R. Estrutura e dinâmica do componente arbóreo em área de cabruca na região cacaueira do sul da Bahia, Brasil, **Acta bot. Bras.** v. 20, n. 4, p. 943-954, 2006.

SANTOS, A. M.; SANTOS, G. B. M.; SANTOS, P. B. M. A estratégia de diferenciação como perspectiva de mercado para o cacau fino. In: COSTA, F. M.; SOARES, N. S (Orgs.). **Cacau riqueza de pobres**. Ilhéus: Editus, 2016.

SILVA, V. L. S.; LEONELLI, F. C. V.; GOMES, T. M. O setor de cacau: o caso das empresas Delfi e Indeca. In. MÉNARD, C. et al (ogs.). **Economia das Organizações: formas plurais e desafios**. São Paulo: Atlas, 2014, p. 116-130.

SOARES, N. S.; COSTA, F. M.; LEMOS, R.M. Efeito da taxa de câmbio do Brasil e do dólar sobre os preços do cacau. In. COSTA, F. M.; SOARES, N. S (orgs). **Cacau Riqueza de Pobres**. Ilhéus: Editus, 2016 p. 129-142.

SOARES, N. S.; COSTA, F. M.; NASCIMENTO, V. A. Competitividade na cadeia produtiva do cacau na Bahia em diferentes sistemas de produção. In. COSTA, F. M.; SOARES, N. S (orgs). **Cacau Riqueza de Pobres**. Ilhéus: Editus, 2016 p. 143-169.

TRINDADE, L. X.; PEREIRA, J. P. de C. N. Condicionantes à absorção tecnológica em unidades agrícolas de produção de cacau do sul da Bahia. **Estudos Sociedade e Agricultura**, [s. l.], v. 27, n. 3, p. 617–644, 2019.

VIOTTO, M.; SUTIL, B.; ZANETTE, M. Legitimidade como uma barreira: Análise do processo de legitimação do cacau e chocolate premium brasileiros. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, [s. l.], v. 58, n. 3, 2018.

ZUGAIB A.C. C. et al. **Valoração ambiental do sistema cacau Cabruca para efeito de crédito rural em Barro Preto, Bahia**. Brasília: MAPA, 2017.

ZYLBERSZTAJN, D.; GIORDANO, S. R. Coordenação e governança de sistemas agroindustriais. In: ZYLBERSZTAJN, D; NEVES, M. F.; CALEMAN, S. Q (org.). **Gestão de sistemas agroindustriais**. São Paulo: Atlas, 2015, p. 1-20.